

Entre vagões e locomotivas: a questão regional na história do Brasil independente

Between wagons and locomotives: the regional question in the history of independent Brazil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4153-9240>

Recibido: 30-04-2022

Aceitado: 26-05-2022

Resumo

Este texto trata das questões regionais que emergem a partir do momento em que o Brasil se torna uma nação independente. É a própria luta entre as distintas parcelas das elites, que se distribuem por distintas porções do território e tem nelas assentadas seus interesses políticos e econômicos, para dar as diretrizes da nação emergente, que leva ao surgimento de reivindicações, ações e discursos de cunho regionalista, alguns deles chegando a radicalidade da proposição da secessão. É a luta em torno de hegemonizar a nação que leva emergência das regiões. O artigo faz um percurso em torno do tema da formação territorial brasileira e de como as questões regionais se colocam nesse processo de configuração do espaço nacional.

Palavras-chave: questão regional, Brasil independente, formação territorial, regionalismos.

¹ (durvalaljr@gmail.com). Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestre e Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Presidente da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil). Ganhador dos prêmios Nelson Chaves de melhor tese sobre o Norte/Nordeste do Brasil na área de História concedido pela Fundação Joaquim Nabuco e Silvio Romero, para estudos sobre folclore e cultura popular, concedido pela FUNARTE. Autor dos livros *A invenção do Nordeste e outras artes* (Cortez, 2011), *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular - Nordeste, 1920-1940* (Intermeios, 2013), *Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história* (Intermeios, 2019).

Resumen

This text deals with regional issues that emerge from the moment Brazil becomes an independent nation. It is the very struggle between the different parts of the elites, which are distributed over different portions of the territory and have their political and economic interests settled in them, to give the guidelines of the emerging nation, which leads to the emergence of claims, actions and speeches of a regionalist nature, some of them reaching the radical nature of the secession proposition. It is the struggle to hegemonize the nation that leads to the emergence of regions. The article takes a route around the theme of Brazilian territorial formation and how regional issues are posed in this process of configuration of the national space.

Palabras-clave: regional issue, independent Brazil, territorial formation, regionalisms.

A formação territorial brasileira se deu sob o domínio colonial português. Desde o princípio do processo de ocupação territorial, com a invasão dos homens brancos europeus, que ela se deu de forma dispersa e fragmentada, privilegiando o contato entre a colônia e a metrópole. A adoção do regime de capitanias hereditárias, com o conseqüente fracasso em promover a ocupação e colonização do imenso território sob o domínio da Coroa portuguesa, levou à primeira tentativa de se construir uma forma centralizada de governança, na América portuguesa, com a adoção do chamado “governo geral” e a construção de uma cidade sede do poder português em terras brasílicas. É inegável que, com o passar dos anos, esse imenso espaço vai ganhando certo vertebramento, com o avanço da ocupação territorial ao longo do litoral atlântico e para as terras dos sertões, com o desenvolvimento de um sistema de caminhos que permitiu a emergência de redes comerciais, que esboçaram um mercado interno, sem que essa espacialização do poder colonial deixasse de ter duas características: ser ganglionar, dispersa, com profundas desigualdades nos níveis de aproveitamento econômico e presença política e institucional do poder régio, e ser muito mais voltado para as conexões externas, notadamente nas áreas mais significativas do ponto de vista econômico para a exploração colonial, em que, até mesmo o abastecimento de mão-de-obra, através do tráfico de escravizados africanos, conectava, preferencialmente, esses espaços com as trocas interatlânticas. (Morais, 1989)

Como nos diz o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, desde o período colonial, a história do Brasil é a história de sua constituição territorial, da conquista, ocupação e manutenção do território, com as riquezas que pudesse

conter ou pudesse produzir. Desde o princípio de nossa história, a apropriação territorial se mostrou o móvel do processo de colonização, levando também, desde o começo, à adoção de uma política de hostilidade, de conflito, quando não de escravização e extermínio das populações autóctones que ocupavam o território, que precisava ser “limpo” para a ocupação pelo homem branco. A esse genocídio e etnocídio a versão oficial de nossa história deu nome de povoamento, ou seja, a necessária derrota dos “bárbaros” para que o avanço da “civilização” se fizesse, com a liberação das terras para a ocupação gananciosa e expansionista de algumas centenas de brancos, o que custou a vida de milhares de indígenas, em cada empresa de conquista e colonização. Como afirma o geógrafo paulista, a história brasileira quase sempre foi pensada e narrada como sendo a história do processo de formação territorial, de como, com o auxílio de entradistas e bandeirantes, muitos deles já nascidos na colônia, filhos das relações interétnicas e inter-raciais, o poder colonial português pôde se expandir por um imenso território, burlando os limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas, entre as possessões portuguesas e espanholas, nas Américas. Se tomarmos os eventos que foram escolhidos pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, na sua pioneira *História Geral do Brasil*, de 1854, para comporem o que seria a história nacional, muitos deles estão relacionados com a questão territorial, desde o chamado descobrimento, passando pelas expedições exploradoras e colonizadoras, pela instituição das capitânicas hereditárias, do governo geral, até as chamadas entradas e bandeiras, configurando uma história territorial e não humana do processo de colonização. (Moraes, 2005; Santos, 2017; Varnhagen, 1956)

Nessa história centrada na formação do espaço brasileiro, destacam-se, sempre, quaisquer tentativas de segmentação ou separação em relação a essa macro-territorialidade. O tema do perigo da secessão, da fragmentação e da perda de parcelas do território, que será uma obsessão para o império português, torna outro conjunto de eventos significativos para o que seria a nossa história, como: as chamadas invasões estrangeiras (como se o domínio português não fosse também estrangeiro e como se já existisse um sentido de nacionalidade em pleno período colonial) e o que seriam os acontecimentos que levariam à expulsão dos “estrangeiros”, como a chamada Insurreição Pernambucana, que eclodiu em 1645, tildada de movimento fundador da nacionalidade brasileira e palco do encontro harmonioso das três raças fundadoras da nação, em defesa do território (mesmo que o resultado tenha sido a continuidade do domínio colonial português e da elite branca ou mestiça); os tratados de limites, notadamente com a Espanha, que foram assegurando a legalização jurídica das posses portuguesas sobre extensas áreas que seriam, por direito, espanholas; os chamados levantes indígenas e a formação de quilombos, reprimidos sempre com enorme violência, deixando claro, não só o domínio

e a pretensa superioridade branca, mas também que entre terras e gentes, no Brasil, os poderosos sempre deram preferência às primeiras; e os chamados movimentos separatistas, como: a Conjuração Mineira (1789), a Revolta dos Alfaiates (1798-1799) ou a Revolução Pernambucana de 1817, reinterpretadas, posteriormente, como sendo movimentos nacionalistas e republicanos. (Fausto, 2019; Mello, 2011; Mello, 2008; Silva, 1997)

Com o fim do domínio colonial português, com a Proclamação da Independência, em 1822, trata-se, agora, de configurar o Estado nacional, de constituir a nação, processo em que, mais uma vez, o domínio sobre o território aparecerá como preocupação central. As elites que promoveram a *sui generis* separação da metrópole portuguesa, da qual participou nada menos do que o herdeiro do trono português, temiam que pudesse ocorrer o que se deu com o império colonial espanhol na América que, ao ruir, resultou numa fragmentação territorial em muitas nações. As repúblicas vizinhas passaram a ser, para o único estado monárquico existente no espaço americano, o exemplo do que não deveria ocorrer no Brasil que, em grande medida, vai ter sua identidade enquanto nação elaborada tendo os países da América do Sul, como contraponto, como alteridade e exemplos a não ser seguidos. A monarquia escravista deu continuidade à ênfase do Estado colonial português na questão territorial, tornando a preservação da integridade do vasto território herdado do domínio português uma prioridade. A própria ideia de império dava calção ideológica e política a essa obsessão com a questão territorial, assim como colocava na ordem do dia a possibilidade de novas conquistas territoriais, como ficou explícita na chamada Guerra da Cisplatina, que colocou frente a frente Brasil e Argentina, pelo controle da área onde hoje se localiza o Uruguai, apenas dois anos após a emancipação política do Brasil de Portugal ocorrer. (Silva, 2011; Sá, 2012; Costa, 2016)

Mal nascera a nação, a estrutura territorial herdada do período colonial, marcada pela predominância do latifúndio, pela dispersão territorial, pela extroversão de interesses das elites de dadas áreas do país, se faz sentir, quando a Assembleia Constituinte reunida, em 1823, para dar os contornos institucionais e jurídicos a nova nação, para delinear os contornos político-administrativos do Estado nacional, apresenta-se dividida por sérias divergências em torno do modelo de partição do poder entre as elites do que seriam as províncias do Império e as elites que giravam em torno da Corte sediada na cidade do Rio de Janeiro. A desconfiança de parcela significativa das elites brasileiras em relação às verdadeiras intenções de D. Pedro I, de sua efetiva disposição de preservar a independência do país, levou à elaboração de um projeto de Constituição, onde as ideias liberais de limitação do poder do rei e de seu controle pelo Parlamento ganhavam destaque. As reuniões da Constituinte foram palco das disputas entre os chamados unionistas, que defendiam um projeto de Estado

centralizado, unificado em torno da figura do rei e do poder central, o poder da União, e os federalistas, comumente representantes de elites de espaços que buscavam a descentralização do poder, que se sentiam periféricos e à margem em relação à Corte. Embora não possamos afirmar que existam, nesse momento, discursos regionalistas ou manifestações regionalistas organizadas, com o surgimento da nação, as dissensões internas, os conflitos entre distintas elites territoriais, as questões de ordem geopolítica, no espaço da nação, vão, paulatinamente, tendendo a ser expressas em termos regionais. A chamada Confederação do Equador, movimento que se ocorreu, em 1824, em resposta à decisão autoritária do Imperador de dissolver a Assembleia Constituinte, diante de seu desagrado com o projeto de Constituição apresentado, outorgando uma Carta que reforçava, através da instituição do Poder Moderador, os seus poderes e concentrava sobremaneira o poder no Executivo federal, eclodiu em Pernambuco e se espalhou para outras províncias do Norte, não se dá em torno da elaboração de um discurso regionalista, mas em torno da possibilidade de separação do império e da criação de uma república autônoma. (Lyra, 2019; Lustosa, 2006; Slemian, 2003.)

Durante todo o período imperial esses conflitos entre as elites econômicas e políticas dos espaços mais distanciados da Corte e, por isso mesmo, mais autônomos -dada a precariedade da presença do aparato estatal em todo território, o que fica mais evidente se levarmos em conta o papel subsidiário que a Igreja Católica, atrelada pela instituição do Padroado à própria estrutura estatal, vai exercer na governança do espaço nacional e as elites que gravitam em torno da Corte -, serão uma constante, se materializando nas posturas distintas que os partidos instituídos após a ascensão de D. Pedro II ao poder, Partido Conservador e Partido Liberal, terão em relação a temas como federalismo e centralização do poder. A política adotada pelo Império de retirar a administração das províncias das mãos das elites locais, entregando as presidências das províncias a membros dessa elite vista como nacional que, constituída por pessoas vindas das várias áreas do Império, que confluíram para gravitar em torno do poder central, significaria a subordinação desses espaços e dessas elites vistas como periféricas ao poder do imperador. Desde as guerras que consolidaram a independência, a obsessão da Corte foi a de manter a integridade territorial do país, reprimindo violentamente qualquer levante contra o poder imperial, imediatamente visto como e apodado de separatista. Com a abdicação de D. Pedro I, que retorna a Portugal, onde sua filha, Maria da Glória, fora destronada por uma conspiração encabeçada por seu irmão, D. Miguel e sua mãe, Carlota Joaquina; diante da minoridade do príncipe que é aqui deixado para garantir a sucessão ao trono brasileiro para a casa de Bragança, instala-se um período em que o país passa a ser governado por regentes, membros da própria elite brasileira ligados à Corte. Essa percepção de uma maior fragilidade do poder

central, aliada a interesses de grupos locais que se veem marginalizados e não atendidos em seus interesses pelo poder central, resulta em uma série de movimentos separatistas, alguns com grande participação de membros das camadas populares como: a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Balaiada, no Maranhão (1831-1840), a Cabanada em Pernambuco e Alagoas (1832-1834) ou em movimentos eminentemente das elites locais como: a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845). Podemos dizer que esse movimento é um marco na emergência de um dos regionalismos mais duradouros no tempo e mais articulado em termos da elaboração de narrativas, de um imaginário, de um conjunto de símbolos e signos, que é o regionalismo gaúcho. O caráter de fronteira dessa área do país, sua condição historicamente periférica em relação ao centro do poder nacional, sua condição subsidiária na economia da nação, fizeram nascer em suas elites um forte sentimento de pertencimento em relação a terra de nascimento e, ao mesmo tempo, uma constante hostilidade a um poder central do qual se viam distantes e alijadas, uma sensação de autonomia e, ao mesmo tempo, uma necessária busca por ela. Talvez essa dubiedade em relação ao pertencimento à nação tenha se ampliado **à medida em que**, entre o final do século XIX e meados do século XX, uma boa parte da população do estado passou a ser composta de imigrantes estrangeiros, cuja lealdade à nação brasileira não era necessariamente acentuada. (Carvalho, 2019; 2003; Mattos, 2017; Oliven, 1992; Love, 1975)

Diante do progressivo deslocamento do eixo econômico e político do Norte para o Sul; com o desenvolvimento da economia cafeeira, desde o final do século XVIII; com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a subsequente independência política, com a capital do Império atraindo para si as elites políticas nacionais, mostras de crescente descontentamento tomam conta das elites nortistas. As Revoluções de 1817 e 1824, que tiveram objetivos separatistas, são os primeiros indícios desse descontentamento. Mas é a Revolta Praieira, que tomou conta de Pernambuco e das províncias vizinhas, entre 1848 e 1850, que expressa o nascimento do que se tornará o regionalismo nortista. Ela surge diante da iminência da proibição do tráfico de escravos, que está em discussão no Parlamento nacional. A questão da mão-de-obra será um dos temas que continuará na pauta das elites nortistas, ao longo de todo final do século XIX, e será motivo de descontentamento crescente com o governo central. Com a proibição do tráfico, serão as prósperas províncias do Sul que poderão arcar com os custos crescentes do tráfico clandestino e a política de imigração. As elites do Norte verão seu plantel de escravos ser reduzido pelo tráfico interprovincial, notadamente, por ocasião da seca de 1877-1879, quando para não perderem sua escravaria, impossibilitados de sustentá-los, muitos proprietários optam pela venda para as províncias cafeeiras, onde a demanda por braços não para de crescer. Mas o principal motivo da Revolta

Praieira, além dos conflitos políticos entre conservadores e liberais, além da dissidência interna ao Partido Liberal, por defender teses separatistas, é a notória decadência da produção açucareira, que padecia de obsolescência tecnológica, da dependência de uma mão-de-obra escrava cada vez mais cara e enfrentava a concorrência no mercado internacional do açúcar da beterraba e de outros produtores melhor aparelhados tecnicamente. O alívio para as finanças das províncias representado pelo desenvolvimento da produção algodoeira nos espaços sertanejos, que alcança seu ápice durante o período da guerra civil norte-americana, com a saída do mercado do algodão produzido pelos estados do sul daquele país, logo entra em declínio, com o retorno da concorrência estadunidense e, principalmente, com a desorganização completa da produção com a chamada grande seca dos dois sete, que se tornou assim conhecida, justamente, por atingir esse espaço num momento de crise econômica e política, atingindo com mais força, pela primeira vez, as próprias camadas proprietárias, onde muitos conhecem a falência, a miséria e a condição de retirante, figura que, por isso mesmo, torna-se tema de uma vasta produção discursiva: jornalística, política e literária. (Prado, 2012; Furtado, 2007; Mello, 2008; Albuquerque Jr. 1988)

É justo no ano anterior a essa grande catástrofe humanitária (embora as estatísticas de época sejam pouco confiáveis, calcula-se que cerca de quinhentos mil pessoas pereceram durante os três anos de ausência de chuvas), que é publicado o romance do escritor cearense Franklin Távora, *O Cabeleira*. O texto do romance era precedido de uma espécie de prefácio em forma de carta, na qual o autor se dirige a um interlocutor imaginário, defendendo de forma explícita a ideia de que o Norte e o Sul representavam duas realidades regionais, históricas, sociológicas e naturais. Essa carta-prefácio é uma espécie de manifesto em favor da constituição de uma literatura do Norte, uma literatura regional, que fosse capaz de realisticamente tratar das temáticas específicas dessa parte do país que, segundo ele, não apareciam na produção literária ou apareciam de forma distorcida, como nos textos literários de seu conterrâneo, o grande escritor romântico e representante de sua província junto à elite imperial: José de Alencar. Nesse texto vemos claramente formulada a ideia da existência de duas regiões no país, que cada vez mais se distanciavam, dada a forma discriminatória como o governo central trataria as reivindicações e demandas dessas duas partes do país. (Távora, 2008)

Dois anos após a publicação do livro de Franklin Távora, em 1878, essa emergência de uma consciência regional, de um discurso regionalista, no interior das elites nortistas, se explicita de forma mais aguda. Em plena crise da produção açucareira e algodoeira, agudizadas pela seca que assolava as províncias do Norte, o governo imperial, através do Ministério da Agricultura, convoca para a realização de um Congresso Agrícola, na capital do país, para

debater a momentosa questão da substituição dos braços escravos, já que, com a chamada Lei do Ventre Livre, de 1871, a instituição da escravidão passava a ter sua continuidade, no tempo, definitivamente inviabilizada. No entanto, apenas as províncias cafeeiras, aquelas responsáveis pelo financiamento da maior parte das despesas estatais, são convidadas, ficando as províncias açucareiras e algodoeiras, que viviam maiores vexames, excluídas. Diante dessa clara discriminação, a Sociedade Agrícola de Pernambuco e o próprio governo provincial patrocinam a realização de um congresso agrícola paralelo ao do Rio de Janeiro na cidade do Recife. Mesmo com a presença de um representante do governo central, não se evitou que o tom dos discursos se exaltasse e que se ouvissem propostas de separação do restante do país. Nesse Congresso Agrícola se explicitam claramente os temas que embasavam o discurso regionalista nortista, que se voltava para reclamar do Estado a adoção de medidas para beneficiar as elites econômicas em dificuldade. O primeiro tema era sem dúvida a questão da mão-de-obra, agravada com a venda em massa de escravos para o Sul e a migração forçada para fora das províncias atingidas pelas secas dos homens livres pobres. Nesse tópico três reivindicações apareciam: a proibição legal do tráfico interprovincial de escravos, a adoção de medidas coercitivas e educativas visando obrigar e/ou preparar os trabalhadores livres para substituir os escravos e o incentivo à imigração estrangeira, com o Estado subsidiando a importação dessa mão-de-obra. Ainda havia reclamações em torno do financiamento da modernização dos engenhos, o que terminou por resultar na tentativa de subsídio estatal para quem instalasse engenhos-centrais; em torno da construção de estradas-de-ferro que barateassem o escoamento da produção; em torno das políticas cambial e fiscal que beneficiariam as províncias cafeeiras em detrimento das províncias açucareiras e algodoeiras. (Simão, 2001)

Podemos dizer que é à medida que os conflitos entre as várias elites, dos diferentes espaços que constituem o país, se explicitam no momento de constituição do Estado nacional as identidades regionais começam a se delinear no país. É como parte do esforço para delinear o que seria a nação, é no momento de se construir narrativas que dessem conteúdo à ideia de nação, que as distintas posições das elites regionais irão sendo elaboradas discursivamente. Na maior parte dos casos, a despeito da emergência de propostas separatistas, é no bojo dos discursos que visam definir e dizer o que é a nação que as nuances, singularidades e diferenças regionais irão aparecer. As instituições culturais que terão a responsabilidade de forjar uma ideia de nação, além do próprio Estado em suas diferentes instâncias, terminarão por fazer emergir as tensões e distinções regionais. Podemos citar, por exemplo, instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, sob o mecenato do próprio Imperador, responsável por dar à nação um melhor conhecimento de sua geografia, de

seus povos originários, de seu passado, elaborando uma versão oficial de sua história, que terminará por dar origem aos Institutos Históricos em algumas províncias do Império e, mais tarde, com a República, em todos os estados, onde terão papel decisivo na elaboração de um discurso identitário para cada unidade da federação e versões regionalmente divergentes e focalizadas da história do país. Podemos citar como exemplo, ainda no século XIX, a tensão entre as versões da história do país elaboradas pelo IHGB e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, o primeiro instituto semelhante a surgir no país, em 1862. Enquanto a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Vanhagen, obra escrita sob os auspícios do IHGB, desqualificava a presença holandesa no Brasil, o IAHGP vai fazer da presença holandesa, notadamente do governo de Maurício de Nassau, e da posterior Insurreição Pernambucana, marcos na história pernambucana, índices de identidade, que serão, mais tarde, estendidos à narrativa sobre a história do Nordeste, divisão regional que a dominação batava teria antecipado. A discordância chegou ao ponto do IHGB se negar a financiar as viagens de pesquisa de membros do IAHGP aos arquivos holandeses, para copiar documentos sobre o período de presença holandesa no norte da América portuguesa. (Silva, Monteiro, 2020; Guimarães, 2011; Guimarães, 2011; Nicodemo, Santos, 2018; Oliveira, 2012).

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), fundado em 1887, e, sobretudo, a Academia Cearense de Letras, fundada em 1894, três anos antes da própria Academia Brasileira de Letras, foram fundamentais na elaboração da identidade cearense e na elaboração do imaginário em torno da seca, do discurso da seca, que será fundamental para a construção da ideia de Nordeste e o imaginário em torno dessa região. Tanto o discurso historiográfico, quanto o discurso literário, notadamente esse último, com a chamada literatura das secas, adotarão o espaço cearense e, mais tarde, por extensão, todo o espaço do semiárido, da caatinga, do sertão, como o espaço que será fundamental para a construção regional do Nordeste, de um conjunto de temas, enunciados, imagens, tropos literários, personagens, estruturas narrativas, que continuam sendo explorados com muita força, ainda em nossos dias. A Padaria Espiritual, movimento literário surgido na capital cearense em 1892, foi responsável não apenas pela criação, dois anos depois, da ACL, mas também por um conjunto de obras literárias que foram delineando um discurso de identidade regional cearense, que será depois estendida ao Nordeste. (Albuquerque Jr, 2017; Ramos, 2012)

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, bem como a Academia Paulista de Letras, fundada em 1904, em plena ascensão do estado à condição de “locomotiva do país”, com a acumulação de capital trazida pela produção e exportação de café dando origem a um processo de industrialização e urbanização crescentes, foram fundamentais para a

elaboração e divulgação da mitologia bandeirante, a saga daqueles paulistas do período colonial que teriam varado os sertões e assegurado a conquista do vasto território do país para os portugueses. No momento em que o estado de São Paulo se torna hegemônico e central, política e economicamente, no país, elabora-se uma identidade regional, um discurso regional, que o coloca no próprio nascedouro da nação, como o construtor da própria nacionalidade. Os estudos históricos e os textos literários tratam de associar o que seria o espírito de iniciativa, de destemor e arrojo do sertanista colonial aos paulistas do tempo presente, novos bandeirantes a desbravar os caminhos do progresso e do desenvolvimento para o país. No livro clássico de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*, de 1940, o escritor paulista, partícipe dos movimentos modernistas de tendência política autoritária, Verde-Amarelo e Anta, chega a colocar a bandeira no cerne da formação do Estado brasileiro. Ela teria antecipado em sua estrutura hierárquica, do ponto de vista racial e de classe, em sua estrutura autoritária, a estrutura estatal que era considerada ideal pelo ensaísta, escritor e poeta de São José dos Campos. As bandeiras teriam sido uma espécie de protótipo do Estado Novo varguista, ao qual Cassiano Ricardo estava ligado. (Anhezini, 2011; Glezer, 1992; Mahl, 2001; Ricardo, 1959)

Outro campo do saber que terá enorme importância na elaboração das distintas identidades regionais no país, sendo importante, sobretudo, na definição do que seriam as culturas regionais, contribuindo para elaborar os signos de pertencimento a cada regionalidade, dotando cada espaço regional do que seriam suas marcas culturais diferenciadoras, será o campo dos estudos de folclore. Os estudos de folclore surgem ainda no século XIX ligados, justamente, à busca pela elaboração do que seria propriamente a cultura nacional. Imbuídos do ideário romântico, que deu origem aos estudos folclóricos, na Inglaterra do começo do século XIX, alguns intelectuais nacionalistas buscam no estudo das antiguidades populares, dos costumes e tradições populares, as bases para a formulação de uma literatura e de uma cultura nacionais. Não

é mera coincidência que os primeiros estudiosos do folclore, no Brasil, também se dedicam à escrita e à crítica literárias, como José de Alencar, Gonçalves Dias, Celso de Magalhães e Silvio Romero. Tratava-se de encontrar nas narrativas ditas folclóricas temas, personagens, situações, uma psicologia própria do povo brasileiro, que favorecessem a elaboração de uma literatura nacional. Mas também será em busca do nacional que se elaborará o regional. Os estudiosos de folclore pertenciam, em sua esmagadora maioria, às elites locais, notadamente àquelas que estavam ficando para trás no processo de implantação da sociedade burguesa, urbano-industrial no país. A maioria deles eram filhos das elites agrárias em processo de declínio econômico, daí suas visões nostálgicas e saudosistas em relação a um passado que estaria morrendo e, com ele, suas manifestações culturais que se propõem a salvar. A empresa dos

estudos folclóricos se destaca, justamente, nos espaços que estavam se tornando periféricos e subordinados no processo de desenvolvimento capitalista no país. A visão paternalista com que se dedicam a recolher e salvar as manifestações culturais do povo, que estariam destinadas ao desaparecimento, está em consonância com as relações que seus antepassados estabeleceram com os homens livres e pobres, de onde advém a maior parte das matérias e formas de expressão que coletam e transformam em seus livros, que os consagram, lhes dão um lugar no campo da cultura, em detrimento dos próprios produtores das manifestações culturais que recolhem. Muitos deles tendo como o capital cultural como a única herança que ficou de seus pais, endeusando seus avós poderosos e lamentando a debacle, se lançam a essa aventura de etnografar, de registrar, de colocar no papel toda uma produção oral e ritual. (Ortiz, s/d; Albuquerque Jr, 2013; Albuquerque Jr, 2013)

Como muitos deles já não pertenciam às elites nacionais, como encontravam abrigo e guarida para seus estudos nas elites locais, a maioria utilizando de suas redes de relações para conseguirem, através do acesso às gráficas dos governos estaduais e municipais, dar luz a seus livros, terminam por colocar muito do que fazem sob a rubrica das identidades regionais. Em 1904, vamos encontrar um Francisco Pereira da Costa, homem ligado às elites pernambucanas, cuja carreira política, intelectual e de servidor público se desenrolou toda no âmbito estadual, elaborando uma obra intitulada *Folk-lore Pernambucano* que, muitos autores, como Luís da Câmara Cascudo, afirmarão, posteriormente, ser uma obra sobre o folclore nordestino. Gustavo Barroso, que inicia a publicação de seus textos de folclore, na década de dez, do século XX, quando usa o pseudônimo regional de João do Norte, termina por renomear o recorte espacial de suas obras do sertão para o Nordeste, na década seguinte, ao mesmo tempo que assume o seu nome próprio como nome de autor. O próprio Câmara Cascudo, que dá início a sua produção na área do folclore, ainda na década de vinte, escrevendo artigos para a *Revista do Brasil* sobre o que seriam práticas e crenças folclóricas sertanejas, termina também por assumir o Nordeste como o espaço de inscrição de seus trabalhos e pesquisas no campo do folclore, embora também nomeie seus estudos a partir do espaço nacional, quando publicados em editoras cuja produção circula em todo país. (Costa, 1974; Barroso, 1912; Barroso, 1917; Cascudo, 1939; Cascudo, 2001)

A emergência da ideia de Nordeste, ao longo da década de dez, do século XX, talvez seja o processo mais exitoso de criação de uma identidade regional no país. Tendo perdido o domínio político e a centralidade econômica no espaço nacional, as elites agrárias do antigo Norte ocidental vão elaborar e se entrincheirar em torno de um recorte regional, espaço em que tentarão manter seus interesses e privilégios, se colocando, a partir dele, em disputa com as outras elites do país pela partilha de recursos, investimentos, obras, criação

de instituições, etc. O sucesso dessa empreitada está ligado a vários fatores, como: o fato dessas elites não só possuírem interesses convergentes, mesmo que se dedicassem a atividades econômicas distintas, como estarem ligadas por laços de hereditariedade, dada a forma como se deu a ocupação desse espaço, a partir de dois polos dispersores: Pernambuco e Bahia; essas elites convergiam para o Recife e Salvador onde faziam a sua formação bacharelesca em Direito ou Medicina; o porto do Recife era para onde se dirigia boa parte da produção voltada para a exportação dos estados vizinhos, a própria rede de estradas-de-ferro para aí convergiam; o tema da seca já se mostrara capaz de aglutinar as demandas das elites dessa área, desde o episódio de 1877-1879, quando as elites desse espaço descobriram como esse tema podia servir de argumento para todas as suas solicitações junto ao governo central; graças às secas, que se sucederam entre o final do século XIX e o início do século XX, as bancadas das províncias e depois dos estados do Norte aprenderam a atuar juntas no Parlamento Nacional, conseguindo, com sucesso, a inclusão das secas no capítulo da Constituição de 1891, que tratava das calamidades públicas que ficariam sob a responsabilidade do governo federal e formando o chamado Bloco do Norte, quando da seca de 1915, que teve atuação destacada na barganha por recursos orçamentários com a bancada cafeeira, majoritária na casa, mas que, para ver a política de valorização do café aprovada e renovada, teve que atender demandas desse grupo articulado de parlamentares nortistas. (Albuquerque Jr, 2011)

Foi graças à atuação conjunta no cenário nacional, explorando a temática do combate às secas, que as bancadas do Norte conseguiram a criação de instituições que passaram a veicular suas reivindicações, como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), localizada na capital do país. Essa instituição através dos estudos técnicos que patrocinou, trazendo ao espaço de ocorrência desse fenômeno engenheiros, geólogos, botânicos, climatologistas, especialistas em saúde pública, forneceu argumentos científicos que passaram a embasar o discurso regionalista e o discurso parlamentar dos representantes dessa área. Será a instituição nascida de uma reformulação do IOCS, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), reformulada pelo vice-presidente em exercício, Delfim Moreira, como forma de preparar a ascensão ao cargo de presidente da República, do único político ligado às elites nortistas, em todo período da chamada Primeira República, o jurista paraibano Epiácio Pessoa. Será no final de seu primeiro ano de mandato, no dia 25 de dezembro de 1919, que Epiácio Pessoa resolve dar um presente natalino aos sertanejos do Norte do país, instituindo a Caixa das Secas, que deveria financiar um ambicioso programa de obras contra as secas, o que significava um investimento significativo de recursos da União, dos estados e recursos captados através de empréstimos assumidos pelos cofres federais, naquela área do país. O decreto

de n. 3.965 que autorizava a construção das obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis do *nordeste brasileiro* é o primeiro documento oficial a tomar esse recorte espacial como referência para demarcar o espaço de incidência de ações governamentais. (Albuquerque Jr, 2011)

Graças à visibilidade que a construção dessas obras passa a ter na imprensa nacional, tanto pela envergadura e pelo montante de recursos que envolvia, quanto pelas constantes denúncias de desvios de recursos e de atraso na execução das obras, o conceito Nordeste vai ganhando popularidade e vai circulando com mais intensidade. Esse fato é reconhecido logo na abertura do livro escrito pelo sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre, que toma esse recorte regional como objeto, dando a ele um passado histórico e um conteúdo sociológico: *Nordeste*, publicado em 1937. Essa obra que concluiria a participação destacada de Freyre na militância regionalista em torno da ideia de Nordeste, em suas primeiras linhas afirma que a palavra Nordeste estava por demais associada a ocorrência das secas, ao tema das obras contra as secas e remeteria apenas a parte da região sujeita a esse fenômeno. O Nordeste freyreano seria outro, o Nordeste dos engenhos de açúcar, da Zona da Mata, do massapê, do verde permanente, das águas, do gordo, do oleoso, da casa-grande e da senzala. Mas ele reconhece haver o que ele chama de o outro Nordeste, título com que ele nomeia o livro do jurista cearense Djacir Menezes, do qual patrocina a publicação, no mesmo ano e na mesma coleção em que estava publicando sua obra, a coleção Documentos Brasileiros, da editora José Olympio, da qual era, na oportunidade, diretor. Esse outro Nordeste do seco, do pouco, das areias secas rangendo debaixo dos pés, do sol escaldante, será aquele que terminará prevalecendo como representativo do espaço nordestino, já que as elites nordestinas farão desse imaginário em torno da temática das secas, a sua mais lucrativa indústria e o seu cavalo de batalha. (Freyre, 1937)

A partir de sua circulação na imprensa dos estados do Norte, o termo Nordeste, que inicialmente era apenas uma referência geográfica a uma área do país compreendida entre Norte e Leste, vai ser objeto de uma ação regionalista, encabeçada por intelectuais e lideranças políticas, que vai dando a ela uma espessura histórica e um conteúdo temático, imagético e narrativo. Tendo regressado de seu período de estudos nos Estados Unidos e na Europa, Gilberto Freyre encabeça essa militância, dando início a um movimento cultural e artístico que nomeou de Regionalista e Tradicionalista. Em 1924, ele funda, juntamente com figuras de destaque na vida política e intelectual da cidade do Recife, o Centro Regionalista no Nordeste que, desde os seus estatutos, deixa clara a sua pretensão de militar política e intelectualmente em torno desse recorte e dessa identidade espacial. As reuniões semanais do Centro são noticiadas e resumidas nas páginas do jornal *Diário de Pernambuco*, que contava com circulação nas capitais dos estados de Alagoas até o Ceará, aonde

chegava através da rede ferroviária. A propaganda regionalista chega assim aos estados vizinhos e atrai para o Centro Regionalista personalidades do mundo político e intelectual desses estados, que vêm se somar àqueles que residiam no Recife para fazerem sua formação em Direito. São constantes as notícias sobre visitas feitas às reuniões do Centro por delegações vindas dos estados limítrofes a Pernambuco, incluindo o Piauí. (Albuquerque Jr, 2011)

No ano seguinte, 1925, por ocasião da comemoração do centenário do *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre organiza um encarte para a edição de aniversário e o nomeia de *Livro do Nordeste*. A seu convite, intelectuais dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, escrevem sobre variadas temáticas que vão conferindo a esse recorte espacial um conteúdo histórico, cultural, artístico e até linguístico, já que o jurista, músico e filólogo alagoano Mário Marroquim escreveu um ensaio denominado “Língua do Nordeste”, mesmo título de um livro que viria a publicar mais tarde, no ano 1934. O conceito Nordeste vai ganhando assim uma série de significados, vai sendo associado a eventos históricos, a memórias individuais e coletivas, a atividades e manifestações culturais, a paisagens, objetos, artefatos, obras de arte, etc. Em 1926, em pleno carnaval, ocorre o evento que busca culminar e consolidar esse movimento em torno da ideia de Nordeste, o Congresso Regionalista do Nordeste, que reúne no seminário de Olinda, intelectuais e lideranças políticas de parte dos estados limítrofes a Pernambuco, (com exceção do Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe, Pernambuco faz fronteira com seis estados nordestinos), já que a Bahia, assim como Sergipe e Maranhão, não participam dessa etapa inicial de elaboração da região Nordeste, vindo a se integrar posteriormente, notadamente após a criação da Sudene, em 1959, quando passa a ser interessante para as elites desses estados ser Nordeste (o estado do Maranhão é integrado à região Nordeste já na primeira divisão oficial do Brasil em regiões, feita pelo Conselho Nacional de Geografia em 1941. Sergipe e Bahia que nessa divisão fazem parte da região Leste, só são incorporados oficialmente ao Nordeste pela divisão regional do Brasil, realizada pelo IBGE, em 1969). Nesse Congresso define-se desde quais seriam as comidas típicas da região, que compunham os vários cafés, lanches, almoços e jantares regionalistas, que foram servidos nos dias em que transcorreu o evento, até quais deveriam ser os temas e a estética das artes regionais. À medida que esses eventos ocorrem, o conceito Nordeste vai se firmando para nomear esse espaço e certa indefinição entre Norte e Nordeste - que ainda podia se observar em publicações do começo dos anos vinte -, vai desaparecendo. Até mesmo o gentílico nordestino vai começar a ter circulação e crescente uso, à medida que a década avança, deixando para trás a outra possibilidade surgida, que era a de nomear os nascidos no Nordeste de nordestanos. (Albuquerque Jr, 2011; Freyre, 1979)

Ainda no final do século XIX, no outro extremo do país, ocorreu mais um episódio que explicitou as tensões entre o regionalismo - que se fazia presente nessa outra área periférica do país, do ponto de vista econômico e político, desde pelo menos meados do século XIX, como ficara patente com a Revolta Farrroupilha - e o Estado nacional. A chamada Revolução Federalista, ocorrida em 1893 e 1895, inicia-se no Rio Grande do Sul e termina por se espalhar para Santa Catarina e Paraná, não por mera coincidência a área onde hoje se vê a militância regionalista e separatista em torno do slogan “o Sul é meu país”. Mais uma vez é a bandeira do federalismo, que já havia servido de base para a manifestação de descontentamento de elites alijadas do domínio do espaço nacional durante o Império, que retorna nos primórdios de uma República que teria consagrado em sua Constituição esse princípio como basilar da forma de organização do Estado. Os chamados maragatos demonstravam profundo descontentamento não apenas com o centralismo e o autoritarismo com que o presidente Floriano Peixoto governava o país, mas também com a forma com que Júlio de Castilhos, liderança máxima do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, chefe dos chamados chimangos, governava o próprio estado. Inspirado na doutrina positivista, Castilhos implantou um governo centralizador, autoritário, dando pouco espaço para a oposição política, duramente perseguida. Os maragatos defendiam um governo parlamentar, descentralizado e terminam por pegar em armas para derrubar o governo de Castilhos, avançando sobre os estados vizinhos, conquistando até a capital do Paraná, em articulação com participantes da Revolta da Armada, que ocorrera no Rio de Janeiro e demonstrara o descontentamento de setores da Marinha com o governo do cognominado Marechal de Ferro, que termina não só por derrotar o movimento, como, com a colaboração do presidente do estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, colocar seu nome na capital desse estado. (Reverbel 2014; Pereira, 2006; Rossato, 1999)

A demonstração de que os regionalismos era um elemento importante da vida política do país e um fator considerado perturbador da ordem e uma ameaça à integridade nacional foi dada pela ditadura do Estado Novo. Já quando de sua implantação, através da Constituição redigida pelo jurista Francisco Campos, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1937, todos os símbolos estaduais eram banidos e proibidos de serem exibidos ou cultuados. No dia 27 de novembro de 1937, numa cerimônia alusiva ao Dia da Bandeira nacional, realizada na praça Roosevelt, na capital da República, todas as bandeiras estaduais foram cremadas em uma pira, ao mesmo tempo que nos vinte dois mastros onde estavam hasteadas (eram vinte dois o número de estados brasileiros na ocasião) eram substituídas por bandeiras nacionais, ao som do hino nacional. O Estado Novo, apoiado em um exacerbado discurso nacionalista, buscava assim legitimar a implantação de uma ditadura, de um

Estado simpatizante de ideias nazifascistas, se apresentando como a forma de governo ideal para substituir o regime oligárquico que teria sido deposto pela dita “Revolução de Trinta”, da qual o Estado Novo seria um corolário e um aperfeiçoamento. Os regionalismos foram, assim, associados ao que seria a velha política, a política da velha República, ao que seria a anarquia promovida pela prevalência dos interesses das oligarquias estaduais e regionais, em detrimento dos interesses nacionais. Talvez não seja mera coincidência que Gilberto Freyre, um inimigo declarado da situação política criada com o movimento de 1930 – o que o levou juntamente com o presidente do estado de Pernambuco, Estácio Coimbra, a quem servia como secretário, ao exílio em Portugal-, tenha escolhido o ano de 1937, o ano da farsa do Plano Cohen, que serviu de base para o fechamento do regime, para publicar o livro que seria uma espécie de certidão de nascimento definitiva da região Nordeste, o livro *Nordeste*, e, não satisfeito com isso, patrocinar a publicação do livro de Djacir Menezes, *O Outro Nordeste*. (Ilho, 1994)

No que parece ser, à primeira vista, uma contradição, é o Estado varguista que promove a primeira divisão oficial do Brasil em regiões, no ano de 1941. O Conselho Nacional de Geografia divide o Brasil em cinco regiões: Norte, Nordeste (oficializando assim essa identidade regional já consolidada), Leste, Centro-Oeste e Sul. No entanto, com exceção do Nordeste e do Sul, onde essas identidades vão além de um simples recorte convencional político-administrativo, essa divisão regional consagrava a centralização administrativa, pois era promovida, em grande medida, de forma artificial, de cima para baixo por um órgão estatal, e ela visava combater o que se chamava de estadualismo, sendo uma medida a mais para dar curso ao que se mostrava como uma guerra contra as oligarquias e a forma oligárquica de governo que a “Revolução” viera extirpar. Não é mera coincidência que as duas divisões oficiais do Brasil em regiões ocorreram durante regimes ditatoriais e em seus momentos de maior autoritarismo. Será em plena vigência do Ato Institucional número 5, no momento mais duro da repressão política, que o regime nascido do golpe civil e militar de 1964, vai promover, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a segunda divisão oficial do Brasil em regiões, resultando na atual configuração regional do país, com o fim da região Leste e sua substituição pela região Sudeste, com a inclusão da Bahia e Sergipe na região Nordeste e a retirada de São Paulo da região Sul e sua inclusão na região Sudeste. Houve a tentativa de criar a região Meio-Norte, com o Piauí e o Maranhão sendo desmembrados do Nordeste, o que nunca chegou a se efetivar dada a resistência das elites desses estados em abandonar a identidade regional nordestina e as benesses que essa passou a trazer, desde que serviu de base para a criação de órgãos de desenvolvimento e planejamento econômico, como: o Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933, no governo Vargas, visando através da

adoção de um política de cotas para a exportação e para o mercado nacional, regular o mercado de produção do açúcar, favorecendo a sobrevivência da indústria açucareira do Nordeste, que se confrontada com a concorrência da indústria paulista, mineira e carioca, e que não teria como sobreviver por ser tecnologicamente mais atrasada e mais descapitalizada; o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que em 1945 substituiu o IFOCS, deslocando sua sede do Rio de Janeiro para Fortaleza, uma vitória das elites cearenses e nordestinas e de sua estratégia do uso das secas como argumento político; o Banco do Nordeste, criado em 1952, por ocasião do segundo governo de Getúlio Vargas, também com sede na capital do Ceará, em plena voga do pensamento desenvolvimentista e da adoção pelas elites nordestinas do discurso de que a industrialização era a solução definitiva para o problema das secas (nisso consiste o discurso da seca, sempre que as elites nordestinas desejam alguma obra, alguma forma de investimento, os colocam como solução para o problema das secas); a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, fundada em 1959, durante o governo Juscelino Kubitschek, resultado do discurso em torno do planejamento regional, adotado por órgãos internacionais como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), da qual fez parte o economista paraibano Celso Furtado, nomeado coordenador do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, elaborador do projeto da SUDENE e seu primeiro superintendente. (Ilho, 1994; Cohn, 1976; Furtado, 2009; Carli, 1994)

Sempre que o país vive momentos de crise econômica e crise fiscal do Estado, as lutas em torno da distribuição de recursos, impostos, investimentos, obras, em torno da taxa de câmbio, se agudizam as querelas regionais. Na década de 1980, com a abertura política e a maior liberdade de manifestações, com a recessão e o processo inflacionário resultado da chamada crise do petróleo, que se iniciou nos primeiros anos da década de 1970, com a chamada crise da dívida dos países em desenvolvimento, a estagnação econômica levando à baixa da arrecadação de impostos, instala-se uma crise redistributiva que alimenta as disputas regionais. Os periódicos de circulação nacional, como as revistas *Veja* e *Isto É*, abordam o assunto e na seção de cartas dos leitores explodem os discursos de preconceito contra dadas regiões do país. A revista *Isto É* chega a fazer uma curiosa pesquisa entre seus leitores, em que os convidava (singular) a montar o seu país dos sonhos, escolhendo que estados ou regiões ficariam de fora desse mapa hipotético. São Paulo era o estado que todos gostariam que pertencesse ao Brasil, assim como a região Sul, entre os demais estados e regiões. O Nordeste era candidato a ser retirado do Brasil para metade dos participantes da pesquisa. Somente o estado do Rio de Janeiro apresentava, naquele momento, maior rejeição que o Nordeste já que, sendo governado por Leonel Brizola, o estado era vítima de uma verdadeira campanha difamatória capitaneada pelas organizações Globo, que o mostrava como espaço da violência, do crime, da corrupção e do

medo. Curiosamente, a antiga capital do país, a orgulhosa sede da Corte imperial, a cidade que foi durante muito tempo o centro político e cultural do país, se via recusada, junto com todo o estado do Rio de Janeiro, por boa parte dos leitores da revista paulista (com certeza a rivalidade regionalista entre São Paulo e Rio de Janeiro pesou nos números dessa pesquisa. (Pereira, 2017)

Recentemente, durante os governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016), diante das transformações na economia brasileira, com a perda relativa de centralidade de São Paulo na economia nacional, com a ressurgência do Rio de Janeiro como espaço economicamente significativo, com o Nordeste crescendo a taxas maiores que as alcançadas pela economia nacional, com uma redução das desigualdades regionais, com o surgimento do Centro-Oeste brasileiro como um espaço economicamente significativo e com o esvaziamento econômico de algumas áreas do Sul do Brasil, com alguns estados vivendo uma profunda crise fiscal como o Rio Grande do Sul e o Paraná, as tensões regionais voltaram a aparecer no país. Elas explodiram durante os processos eleitorais que levaram, por duas vezes, a presidenta Dilma Rousseff ao poder. A divisão eleitoral do mapa do país, com uma votação esmagadora da candidata petista nas regiões Norte e Nordeste e com uma maior votação da oposição no Sul e no Centro-Oeste, levou a um acirramento dos sentimentos regionalistas e do preconceito contra dadas áreas do país, que agora se expressavam através das redes sociais e da internet. Embora tenha vencido as eleições nos três estados de maior eleitorado: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na primeira eleição (2010) e em dois deles na segunda eleição (2014), derrotando o candidato da oposição Aécio Neves em seu próprio estado, de onde fora governador, suas vitórias foram atribuídas ao eleitorado nordestino, que passou a receber toda sorte de impropérios. É no interior desse processo que surge no Sul do Brasil discursos separatistas, que advogam a necessidade de que o Sul abandone a federação. Nesse momento os preconceitos contra a origem geográfica e de lugar têm livre curso no Brasil, alimentando regionalismos e bairrismos e sendo matéria de debates acadêmicos, políticos e midiáticos. A nova crise econômica e política em que mergulhou o país, desde o golpe de Estado de 2016 e a consequente eleição de um presidente de extrema-direita, mantém na ordem do dia as tensões regionais, como a que se explicitou, logo nos primeiros dias de seu governo, numa fala preconceituosa contra os governadores nordestinos, sequenciada por uma política discriminatória em relação aos estados da região, que terminou por aglutinar todos os governantes dos estados, independentemente de coloração política, dando origem ao chamado Consórcio Nordeste, concertação político-administrativa que mostra, mais uma vez, a força do regionalismo nordestino, sua capacidade de aglutinação, arregimentação e mobilização. A região e o regionalismo são, portanto, elementos fundamentais para se entender a história do Brasil como nação independente.

Bibliografia:

- Abreu, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca. No imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Campinas: Unicamp, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan-abr de 2017.
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. “O morto vestido para um ato inaugural”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Anhezini, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay*. São Paulo: UNESP, 2011.
- Barroso, Gustavo (João do Norte). *Terra do sol: natureza e costumes do Norte*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1912.
- Barroso, Gustavo. *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- Carli, Gileno de. *História do Instituto do Açúcar e do Alcool*. Recife: Editora do Autor, 1994.
- Carvalho, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Cascudo, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores: folclore poético do sertão do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco*. Porto Alegre: Globo, 1939; Cascudo, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Global, 2001.
- Cohn, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976
- Costa, Francisco Augusto Pereira da. *Folk-lore pernambucano*. 2 ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.
- Costa, Sérgio Paulo Muniz. *A construção da fronteira Sul: a guerra de 1825*. Porto Alegre: Bestiário, 2016.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Edusp, 2019.

- Freyre, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- Freyre, Gilberto et al. *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979 (Edição fac-similada).
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Furtado, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- Glezer, Raquel. São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. *Revista Brasileira de História* São Paulo, v. 12, n.23, p. 19-30, 1992.
- Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- Guimarães, Maria Lúcia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2a.. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- Ilho, Luís Lopes Diniz. *Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: USP, 1994 (Mestrado em Geografia Humana).
- Lyra, Maria de Lourdes Viana (orga.) *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. 2 ed. São Paulo: Atual, 2019.
- Love, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Lustosa, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Mahl, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Assis: Unesp, 2001 (Dissertação de Mestrado em História).
- Mattos, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
- Moraes, Antônio Carlos Robert. *Território e história do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005
- Moraes, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. 2 ed. Annablume, 2011.
- Mello, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. São Paulo: Topbooks, 2008.
- Mello, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. Mello, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3 ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- NICODEMO, Thiago Lima e SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. *Uma introdução a história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018;

- Oliveira, Felipe Souza Leão de. *A escrita do tempo e a poética do espaço: história e espaço no livro Geografia do Brasil Holandês de Luiz da Câmara Cascudo*. Natal: UFRN, 2012 (Dissertação de Mestrado em História).
- Ortiz, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho D'Água, s/d;
- Oliven, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- Pereira, Lauro Ávila. *As revistas Isto é e Veja na transição política brasileira (1976-1984)*. São Paulo: PUC, 2017 (Tese de Doutorado em História).
- Pereira, Ledit de Paula. *O Positivismo e o Liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federal de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (Mestrado em Ciência Política).
- Ramos, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.
- Reverbel Carlos Eduardo Dieder. *A revolução federalista e o ideário parlamentarista*. São Paulo: USP, 2014 (Tese de Doutorado em Direito);
- Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959;
- Rossato, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)*. Florianópolis: UFSC, 1999 (Dissertação de Mestrado em História).
- Sá, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- Santos, Carlos Frederico Santos. *Genocídio indígena no Brasil: uma mudança de paradigma*. Belo Horizonte: Editora D'el Rey, 2017.
- Slemian, Andrea e Pimenta, João Paulo: *O "nascimento político" do Brasil: a origem do estado e da nação (1808-1825)*. São Paulo: DP & A, 2003.
- Silva, Alberto da Costa e (org.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- Silva, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Simão, André Luciano. *Congressos agrícolas de 1878: um retrato do reformismo no final do século XIX*. Campinas: Unicamp, 2001 (Dissertação de Mestrado em Sociologia); *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife* (edição fac-similar). Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978.
- Silva, Carlos Alberto Franco e MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. *A geografia regional do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- Távora, Franklin. *O Cabeleira*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

